



Efeito da Governança Corporativa na Qualidade da Evidenciação dos Riscos

RESUMO

Objetivo: analisar o efeito da governança corporativa na qualidade da evidenciação dos riscos, em empresas do setor de consumo não cíclico, listadas na B3.

Método: compõem a amostra do estudo 28 empresas do setor de consumo não cíclico, listadas na B3. A estatística descritiva, a técnica DP₂ e a regressão linear múltipla foram utilizadas para a análise dos dados.

Originalidade/Relevância: este estudo difere-se dos demais por envolver um conjunto de variáveis de governança corporativa e relacioná-las com a qualidade da evidenciação dos riscos, que contempla o conteúdo que é divulgado.

Resultados: demonstrou-se que, quanto maior é o tamanho do Conselho de Administração, melhor tende a ser a qualidade da evidenciação dos riscos.

Contribuições teóricas/metodológicas: esta pesquisa contribui para a área contábil ao indicar que o Conselho de Administração desempenha seu papel relacionado às informações evidenciadas sobre riscos e que o número de membros colabora para a percepção dos riscos.

Palavras-chave: Governança corporativa. Qualidade. Evidenciação dos riscos.

Caroline Sulzbach Pletsch

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
Universidade do Estado de Santa Catarina, SC,
Brasil

E-mail: carol_spletsch@yahoo.com.br

Cleonice Witt

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
Universidade do Contestado, SC, Brasil

E-mail: cleonicewitt7@gmail.com

Marcia Zanievicz da Silva

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
E-mail: mzsilva@furb.br

Nelson Hein

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
E-mail: hein@furb.br

Recebido: Janeiro 2, 2020
Revisado: Fevereiro 10, 2020
Aceito: Fevereiro 17, 2020
Publicado: Julho 15, 2020



How to Cite (APA)

Pletsch, C. S., Witt, C., Silva, M. Z. da, & Hein, N. (2020). Efeito da Governança Corporativa na Qualidade da Evidenciação dos Riscos. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 23 (2), 141-158. http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2020v23n2a1

1 INTRODUÇÃO

A governança corporativa é determinante para a conformidade da divulgação (Ettredge, Johnstone, Stone, & Wang, 2011) e garante que os gestores atuem para o melhor interesse dos acionistas, além de incentivar a divulgação de informações importantes sobre a organização (Siagian, Siregar, & Rahadian, 2013). A governança corporativa tem como focos maior transparência e evidenciação, de maneira que os interessados tenham informações relevantes (Khiari, 2013; Mallin, 2002).

Taylor, Tower e Neilson (2010) indicam que empresas com mecanismos fortes de governança corporativa estão mais envolvidas na evidenciação de riscos corporativos. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2017), a gestão eficaz dos riscos ocorre por meio da estrutura de governança corporativa. Adicionalmente, de acordo com Yatim (2010), o conceito de gerenciamento de riscos tornou-se central e está associado ao controle interno da organização.

A gestão de riscos visa reduzir a probabilidade de falha financeira e maximizar a rentabilidade da empresa. Assim, a evidenciação de informações relacionadas ao risco representa uma parte importante da governança corporativa (Amran, Bin, & Hassan, 2008; Solomon, Solomon, Norton, & Joseph, 2000), já que os usuários da informação a analisam para a tomada de decisões, e, caso haja relação entre a evidenciação de risco e a governança corporativa, a estrutura de governança facilitará as decisões de investimento (Solomon *et al.*, 2000).

De acordo com Inácio-Soares e Marcon (2019, p. 252), a governança corporativa pode ser compreendida como “a maneira pela qual os investidores garantem retorno sobre seu investimento”. Sob esse enfoque, um quadro de governança corporativa contribui nas percepções dos investidores sobre a evidenciação do risco corporativo (Solomon *et al.*, 2000).

A evidenciação de riscos deve contemplar as informações dos principais riscos aos quais a empresa está exposta e o impacto econômico esperado, que inclui informações sobre fontes de incerteza, ações tomadas para enfrentar os riscos e informações prospectivas de gerenciamento de riscos (Miihkinen, 2012). Na análise de evidenciação de riscos, deve-se dar atenção não somente ao que é divulgado, mas também como isso é divulgado, pois a quantidade de evidenciação não possui relação com a qualidade da evidenciação, e esta é mais importante (Abraham & Shrives, 2014; Beretta & Bozzolan, 2004; 2008), o que justifica o presente estudo.

No entanto, há poucas evidências na literatura quanto à qualidade da evidenciação dos riscos (Beretta & Bozzolan, 2004; Miihkinen, 2012), dado que os estudos geralmente analisam a quantidade de informações evidenciadas, embora exista uma vertente da literatura dedicada a examinar a qualidade da evidenciação (Abraham & Shrives, 2014).

A qualidade da evidenciação refere-se ao conteúdo que é divulgado (fatores de risco, medidas para divulgar os impactos, gerenciamento) (Beretta & Bozzolan, 2004). Para se ter sucesso com a gestão dos riscos, esses precisam ser identificados e medidos (Chen & Lee, 2013). Empresas com maior exposição aos riscos tendem a possuir maiores informações de riscos (Miihkinen, 2012).

Diante do fato de que a governança corporativa contribui para a evidenciação de riscos e que a qualidade da evidenciação é mais importante que a quantidade, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: qual o efeito da governança corporativa na qualidade da evidenciação dos riscos? Em face dessa questão, o estudo objetiva analisar o efeito da governança corporativa na qualidade da evidenciação dos riscos em empresas do setor de consumo não cíclico, listadas na B3.

Diversos estudos envolvendo a governança corporativa e a evidenciação de informações foram desenvolvidos utilizando-se diferentes variáveis para mensurar a governança corporativa, tais como dualidade do cargo de CEO e presidente do Conselho de Administração (Al-Janadi, Omar, & Rahman, 2012; Haniffa & Cooke, 2002), tamanho do Conselho de Administração (Al-Janadi *et al.*, 2012), membros independentes (Al-Janadi *et al.*, 2012; Al-Maghzom, Hussainey, & Aly, 2016), conselhos ativos e conhecimento financeiro (Ettredge *et al.* 2011), comitê de auditoria (Al-Maghzom *et al.*, 2016; Ettredge *et al.*, 2011), auditorias realizadas por empresas *Big Four* (Al-Janadi *et al.*, 2012; Ettredge *et al.*, 2011), comitê de riscos (Subramaniam, Mcmanus, & Zhang, 2009; Yatim, 2010). Este estudo difere-se dos demais ao envolver um conjunto de variáveis de governança corporativa e relacioná-las com a qualidade da evidenciação dos riscos, que contempla o conteúdo divulgado.

Segundo Cabedo Semper e Tirado Beltrán (2009) e Carmona, Fuentes e Ruiz (2016), a qualidade da evidenciação de riscos inclui os riscos a que está exposta a empresa, a descrição desses riscos e como eles a afetam, a informação de medida quantitativa de impacto do risco, a informação sobre gerenciamento de risco e os tipos de mitigação de risco, bem como instrumentos utilizados.

Por sua vez, a atenção às empresas do setor de consumo não cíclico decorre de sua diversidade, que, conforme a classificação da [B]³, engloba os segmentos de agricultura, açúcar e álcool, alimentos diversos, carnes e derivados, cervejas e refrigerantes, alimentos, produtos de limpeza e produtos de uso pessoal, totalizando 32 empresas.

A qualidade da evidenciação dos riscos, que vai além de somente mencionar os riscos aos quais a empresa está exposta, torna-se relevante para os administradores e para as partes interessadas, na medida em que possibilita aos administradores conhecer melhor o contexto da empresa e às partes interessadas utilizar as informações para a tomada de decisão no que tange a negociações, parcerias, investimentos. Segundo Antonelli, Portulhak, Scherer e Clemente (2018), a evidenciação de informações reduz a percepção de risco. Assim, empresas que apresentam maior qualidade da evidenciação tendem a transmitir maior segurança para os usuários da informação.

No campo teórico, a contribuição do estudo reside na compreensão da relação entre os mecanismos de governança corporativa e as informações sobre os riscos. Metodologicamente, o estudo contribui ao verificar os riscos evidenciados em cinco etapas, conforme Cabedo Semper e Tirado Beltrán (2009) e Carmona, Fuentes e Ruiz (2016), e também por formar um *ranking*, com o uso do método DP₂.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico inicia-se por breve exposição sobre a governança corporativa. Na sequência, trata-se da qualidade da evidenciação dos riscos e da relação entre a governança corporativa e a qualidade da evidenciação dos riscos.

A governança corporativa é definida pelo IBGC (2017, p. 22) como “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”. Pode ser vista, também, como um conjunto de mecanismos cujo objetivo é monitorar a gestão e o desempenho das organizações (Nascimento & Reginato, 2008) e alinhar os objetivos da organização com os interesses dos acionistas (Nascimento & Reginato, 2008; Shleifer & Vishny, 1997; Silveira, 2004),

transmitindo segurança quanto ao correto manuseio dos recursos (Nascimento & Reginato, 2008).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2007) destaca que a governança corporativa deve assegurar que sejam divulgadas as informações relevantes à sociedade, como as referentes a resultados financeiros e operacionais, objetivos da empresa, membros do órgão de administração, fatores de riscos, entre outros.

Instituições que defendem a transparência consideram que o Conselho de Administração com membros independentes, a auditoria independente e os mecanismos de proteção dos acionistas são requisitos fundamentais para a adequada governança corporativa (Nascimento & Reginato, 2008). Okimura (2003) classifica os mecanismos de governança corporativa em internos e externos: os internos incluem o conselho de administração, as políticas de remuneração, a estrutura de propriedade e a estrutura de financiamento, ao passo que os externos compreendem o ambiente legal, político e regulatório, o mercado de capitais e as fusões e aquisições, além do mercado competitivo do setor de atuação.

Silveira (2004) aborda, entre outros, os seguintes mecanismos de governança: Conselho de Administração, estrutura de propriedade e controle, política de remuneração, estrutura de capital, competição no mercado de produtos, competição no mercado de mão de obra dos gestores, existência de um mercado de aquisições hostis e publicação de relatórios regulares.

A estrutura de governança contribui para a eficácia da gestão de riscos, pela percepção dos riscos por meio da qualidade do ambiente de negócios, dos processos, dos controles e das tecnologias empregadas, o que também embasa a tomada de decisão (IBGC, 2017). Os estudos sobre evidenciação dos riscos corporativos, concentrados na quantificação dos riscos, estão se direcionando para a qualidade desses (Mousa & Elamir, 2014).

2.1 Qualidade da evidenciação dos riscos

Neste tópico, antes de tratar o tema da qualidade da evidenciação dos riscos, é necessário expor os principais conceitos relacionados a risco e aos tipos de risco. Para identificar a evidenciação dos riscos, é preciso definir o que é risco (Linsley & Shrides, 2006). Os eventos que ocorrem podem impactar, negativamente ou positivamente, a empresa: os que a impactam negativamente representam riscos e os que a impactam positivamente podem representar oportunidades ou contribuir para balancear os eventos de impacto negativo (COSO, 2004).

O risco refere-se à possibilidade de “algo não dar certo”, envolvendo a quantificação e a qualificação da incerteza (IBGC, 2017, p. 11). A possibilidade de ocorrência de um evento que influencia negativamente a realização dos objetivos organizacionais é caracterizada como risco (COSO, 2004), que viria a ser qualquer perigo, dano, ameaça ou exposição que já tenha impactado a empresa ou possa afetá-la no futuro (Linsley & Shrides, 2006).

O risco é um elemento referente a qualquer atividade organizacional (Amran, Bin, & Hassan, 2008; IBGC, 2017). Além do risco financeiro, a empresa está sujeita aos riscos do negócio ou a mudanças econômicas, e interessa aos usuários da informação que esses sejam divulgados em tempo hábil. Assim, a gestão de riscos tornou-se importante na governança corporativa (Amran *et al.*, 2008).

A gestão de riscos é composta por processos, que visam identificar e responder a eventos que possam afetar os objetivos organizacionais, e por uma estrutura de governança corporativa, que acompanha o funcionamento desse processo (IBGC, 2017). Refere-se a métodos e processos utilizados para gerenciar os riscos (Amran *et al.*, 2008). O gerenciamento de riscos corporativos, aplicado no estabelecimento de estratégias, é conduzido

pelo Conselho de Administração, pela diretoria e pelos demais funcionários, e tem como finalidade identificar e gerenciar eventos que possam afetar a organização, de maneira que a empresa alcance seus objetivos (COSO, 2004). Ademais, a eficácia da gestão de riscos pode influenciar os objetivos estratégicos e estatutários da organização (IBGC, 2017).

Definido o que é risco e o seu processo de gestão, visualiza-se, na Figura 1, as categorias de risco e seus respectivos tipos de riscos.

Categories	Types of risks
Riscos financeiros	
Riscos financeiros	Taxa de câmbio, crédito, liquidez, <i>commodities</i> e exposições à taxa de juros.
Riscos não financeiros	
Riscos operacionais	Satisfação do cliente, desenvolvimento de produto, eficiência e desempenho, obsolescência, falha no produto e serviço, ambiente, saúde e segurança, erosão da marca.
Riscos <i>empowerment</i>	Liderança e gestão, <i>Outsourcing</i> , incentivos de desempenho, rapidez, comunicação.
Riscos de processamento de informações e tecnologia	Integridade, acesso, disponibilidade, infraestrutura.
Riscos de integridade	Fraude de gestão e empregado, atos ilegais, reputação.
Riscos estratégicos	Escaneamento/análise ambiental, indústria, portfólio de negócios, concorrentes, preços, avaliação, planejamento, ciclo de vida, medição de desempenho, regulatório, soberano e político.

Figura 1. Categorias de riscos

Nota. Fonte: Adaptado de “Risk reporting: A study of risk disclosures in the annual reports of UK companies”, de P. M. Linsley e P. J. Shrives, 2006, *The British Accounting Review*, 38, p. 401. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2006.05.002>.

As categorias de riscos apresentadas na Figura 1 referem-se a eventos que tendem a ocorrer com maior frequência nas organizações, com impacto negativo. Essas categorias são divididas em riscos financeiros (taxa de câmbio, crédito, liquidez, *commodities* e exposições à taxa de juros) e riscos não financeiros (risco operacional, de *empowerment*, de processamento de informação e tecnologia, de integridade e estratégico). Tais categorias não são únicas, já que se encontram, na literatura, diferentes tipos de riscos, para as mais variadas situações.

Ao gerenciar os riscos, a empresa protege e cria valor para as partes interessadas (proprietários, funcionários, clientes, reguladores, sociedade) (Amran *et al.*, 2008). Especificamente quanto à qualidade da evidenciação, pode-se defini-la com referência às características das informações que contribuem para as previsões dos ganhos futuros e a tomada de decisão. A qualidade é reconhecida como um fator importante, porém carece de maior investigação (Beretta & Bozzolan, 2008). Dessa maneira, deve-se dar atenção não somente à quantidade de divulgação, mas também à qualidade (o que é divulgado, como é divulgado e a riqueza das informações) (Beretta & Bozzolan, 2004).

A qualidade da evidenciação dos riscos pode ser caracterizada em cinco etapas: (i) a empresa apenas menciona os riscos aos quais está exposta; (ii) a empresa descreve os riscos e como eles afetam a empresa; (iii) a empresa informa uma medida quantitativa de impacto do risco; (iv) a empresa informa sobre o gerenciamento de riscos; (v) a empresa informa sobre os tipos de mitigação de riscos e instrumentos utilizados para esse fim (Cabedo Semper & Tirado Beltrán, 2009; Carmona, Fuentes, & Ruiz, 2016). Essa divisão em cinco etapas contempla a quantidade e a qualidade da evidenciação, ou seja, quais os riscos e como esses são tratados, de forma que vai além de identificá-los e descrevê-los, pois permite visualizar, também, o gerenciamento dos riscos e os modos e instrumentos para mitigá-los, considerando-se um quadro completo.

2.2 Relação entre a governança corporativa e a qualidade da evidenciação dos riscos

A evidenciação de informações é importante para se avaliar, adequadamente, os riscos do investimento, e as descobertas revelam que mecanismos de governança corporativa têm papel relevante na prestação de informações de qualidade (Al-Janadi *et al.*, 2012). Assim, mecanismos de governança corporativa tendem a estar relacionados com a qualidade da evidenciação dos riscos.

Um dos mecanismos de governança corporativa é a dualidade do cargo de CEO e de presidente do Conselho de Administração, ou seja, a mesma pessoa ocupa o cargo de CEO e de presidente do Conselho, o que tende a acarretar um menor conteúdo informacional no relatório de responsabilidade social divulgado (Lorenzo, Sánchez, & Gallego-Álvarez, 2009). Portanto tende a estar relacionado, também, com a qualidade da evidenciação dos riscos, uma vez que, quando o CEO é também o presidente do Conselho de Administração, a eficácia do conselho pode ser comprometida, pois esse poderá controlar as reuniões, selecionar membros do conselho, definir a pauta (Haniffa & Cooke, 2002).

Por sua vez, o tamanho do Conselho de Administração pode contribuir para a qualidade das informações evidenciadas, dado que os membros tendem a ser mais independentes no acompanhamento da gestão na tomada de decisão (Al-Janadi *et al.*, 2012). Bezerra, Lustosa, Sales e Fernandes (2015) examinaram a associação do nível de concentração acionária e o tamanho do Conselho de Administração com o grau de *disclosure* voluntário de empresas brasileiras não financeiras com ações negociadas na então BM&FBovespa (Bolsa de Mercadorias & Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo), que, desde 2017, compõe a B3. Os resultados evidenciam que empresas com Conselho de Administração maior e que emitem *American Depositary Receipts* nos níveis II e III possuem, em média, maior nível de evidenciação voluntária.

Quanto aos membros independentes, eles tendem a possuir uma relação positiva com a divulgação de riscos, pois transmitem qualidade a governança corporativa (Al-Maghzom *et al.*, 2016). Ettredge *et al.* (2011) avaliaram os efeitos do tamanho da empresa, a qualidade da governança corporativa e as más notícias sobre a conformidade da divulgação. As divulgações estudadas por esses autores foram aquelas fornecidas pelas empresas no Formulário 8-K, item 4, ao mudar os auditores externos. Os resultados demonstraram que os conselhos mais ativos e o seu conhecimento financeiro asseguram o cumprimento da evidenciação de informações. As empresas que não estavam em conformidade possuíam governança corporativa de menor qualidade e menos necessidade de financiamento externo.

O comitê de auditoria, também, tem um papel na evidenciação de informações, por estar associado à conformidade da divulgação (Ettredge *et al.*, 2011). Os comitês de auditoria integram o sistema de controle interno e de governança corporativa, e os seus membros devem trabalhar diretamente com o Conselho de Administração (Al-Maghzom *et al.*, 2016).

Para a gestão de riscos, um comitê apropriado pode ser o Comitê de Riscos, que se refere a um grupo do Conselho de Administração que contribui para o gerenciamento de riscos, embora a responsabilidade pela gestão de riscos dependa de todos (Subramaniam *et al.*, 2009).

Khiari (2013) relacionou a divulgação de informações com as características de governança corporativa das empresas listadas na Tunísia, cujos resultados demonstraram que as características de governança corporativa para alcançar a qualidade de evidenciação não são únicas para todas as empresas, mas são complementares, pois se trata de um conjunto de práticas. A estrutura de governança corporativa pode mostrar especificidades em cada

empresa, e a adoção de um método para cada contexto e para cada empresa pode gerar uma estrutura de governança corporativa relacionada com a qualidade da evidenciação.

Elshandidy e Neri (2015), ao examinarem a influência da governança corporativa nas práticas de divulgação de riscos, no Reino Unido e na Itália, e o impacto dessas na liquidez do mercado, verificaram que os fatores de governança influenciam as decisões das empresas em divulgar informações de riscos. Empresas com forte estrutura de governança tendem a fornecer informações de risco mais significativas para a tomada de decisão.

Carmona, Fuentes e Ruiz (2016) exploraram as práticas de governança corporativa para a divulgação de risco pelas empresas, utilizando-se uma amostra de 271 empresas espanholas. Os autores constataram que a independência, o tamanho, o nível de atividade, a diversidade de gênero do Conselho de Administração, a dualidade do CEO, a independência do Comitê de Auditoria, a auditoria *Big Four* e a presença de investidores institucionais estão associados à divulgação de alto risco pelas empresas em seu Relatório Anual de Governança Corporativa.

Al-Maghzom, Hussainey e Aly (2016), ao explorar a governança corporativa e os traços demográficos das equipes de alta direção como determinantes das práticas voluntárias de divulgação de riscos nos bancos da Arábia Saudita, constataram que a propriedade externa, as reuniões dos comitês de auditoria, o gênero, a rentabilidade e o tamanho do conselho são determinantes das práticas voluntárias de divulgação de riscos.

Silva, Granemann e Fischer (2018) analisaram a relação entre a evidenciação dos riscos e as características da governança corporativa em concessionárias de rodovias, listadas na B3. A evidenciação dos riscos foi verificada nos relatórios da administração e nas notas explicativas, e os resultados demonstraram relação inversa entre a variável de governança corporativa presença de comitê de auditoria e o grau de evidenciação de riscos.

Em resumo, os estudos anteriores indicam que mecanismos de governança corporativa, como dualidade do cargo de CEO e de presidente do Conselho de Administração, tamanho do Conselho de Administração, membros independentes, *expertise* do Conselho de Administração, número de reuniões, comitê de auditoria, *Big Four* e comitê de riscos, tendem a influenciar a qualidade da informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como descritivo, documental e quantitativo. As 32 empresas do setor de consumo não cíclico, listadas na B3, compõem a população do estudo. Dessas, quatro foram excluídas da análise porque não possuíam todas as informações necessárias para a consecução do estudo. Assim, 28 empresas compõem a amostra, quatro das quais são do setor de agricultura, três do setor de açúcar e álcool, cinco de alimentos diversos, seis de carnes e derivados, uma de cervejas e refrigerantes, uma de alimentos, cinco de produtos diversos, uma de produtos de limpeza e duas de produtos de uso pessoal.

A coleta de dados, que se refere ao ano 2016, foi realizada por meio do sítio eletrônico da B3, em que as variáveis de governança corporativa foram coletadas nos formulários de referência e na aba de informações relevantes, e a evidenciação dos riscos foi verificada no formulário de referência. A Figura 2, a seguir, mostra o construto do estudo.

Variável conceitual	Variável operacional	Operacionalização	Autores
Governança corporativa	Dualidade do cargo de CEO e de presidente do Conselho de Administração	Variável <i>dummy</i> : 1, se pessoas diferentes ocupam os cargos de CEO e de presidente do Conselho, e 0, se são ocupados pela mesma pessoa.	Al-Janadi, Omar, Rahman (2012); Haniffa, Cooke (2002)
	Tamanho do Conselho de Administração	Número de membros	Al-Janadi, Omar, Rahman (2012)
	Membros independentes	Número de membros independentes, dividido pelo total de membros do Conselho	Al-Janadi, Omar, Rahman (2012); Al-Maghzom, Hussainey, Aly (2016)
	Habilidade/ <i>Expertise</i> do Conselho de Administração	Número de membros com habilidade/ <i>expertise</i> relacionada a administração, contabilidade e economia dividido pelo total de membros do Conselho	Ettredge <i>et al.</i> (2011)
	Número de reuniões do Conselho de Administração.	Número de reuniões por ano.	Ettredge <i>et al.</i> (2011)
	Comitê de Auditoria	Variável <i>dummy</i> : 1, se a empresa possui Comitê de Auditoria, e 0, se não possui.	Al-Maghzom, Hussainey, Aly (2016); Ettredge <i>et al.</i> (2011)
	Auditoria independente <i>Big Four</i>	Variável <i>dummy</i> : 1, se a empresa é auditada por <i>Big Four</i> , e 0, se não for.	Al-Janadi, Omar, Rahman (2012); Ettredge <i>et al.</i> (2011)
	Comitê de Gestão de Riscos	Variável <i>dummy</i> : 1, se a empresa possui Comitê de Gestão de Riscos, e 0, se não o possui.	Subramaniam, MCmanus e Zhang (2009); Yatim (2010)
Riscos	Riscos financeiros: taxa de câmbio, crédito, liquidez, <i>commodities</i> e exposições à taxa de juros.	Variável <i>Dummy</i> : 1 se possui a evidenciação do risco e 0 se não possui. Realizado para cada categoria de riscos.	Carmona, Fuentes e Ruiz (2016); Linsley e Shrivies (2006)
	Riscos não financeiros: operacional, de <i>empowerment</i> , de processamento de informação e tecnologia, de integridade e estratégico.		
Qualidade da evidenciação dos riscos	Etapa 1: a empresa apenas menciona os riscos aos quais está exposta.	Variável <i>dummy</i> : 1, se possui a evidenciação da etapa, e 0, se não a possui. É realizada para cada etapa.	Cabedo Semper e Tirado Beltrán (2009); Carmona, Fuentes e Ruiz (2016).
	Etapa 2: a empresa descreve os riscos e como eles a afetam.		
	Etapa 3: a empresa informa uma medida quantitativa de impacto do risco.		
	Etapa 4: a empresa informa sobre gerenciamento de riscos.		
	Etapa 5: a empresa informa sobre os tipos de mitigação de riscos e instrumentos utilizados.		

Figura 2. Construto do estudo

A evidenciação dos riscos foi verificada nos formulários de referência de 2016, especificamente nos relatórios de fatores de risco (descrição fatores de riscos e descrição riscos de mercado) e de gerenciamento de riscos e controles internos (descrição gerenciamento de risco e descrição gerenciamento de riscos de mercado), os quais foram baixados e salvos.

Todos os dados foram tabulados em planilha do *Excel*. As variáveis de governança corporativa foram consultadas diretamente no sítio eletrônico e tabuladas. Para a identificação dos riscos e a qualidade de evidenciação desses, foi utilizada a metodologia de Cabedo Semper e Tirado Beltrán (2009) e Carmona, Fuentes e Ruiz (2016). A partir da análise de conteúdo, verificou-se, para cada tipo de risco (Riscos financeiros: taxa de câmbio, crédito, liquidez, *commodities* e exposições à taxa de juros; Riscos não financeiros: operacional, de *empowerment*, de processamento de informação e tecnologia, de integridade e estratégico), se a empresa evidenciou cada uma das etapas que caracterizam a qualidade da evidenciação do risco (a empresa apenas menciona os riscos aos quais está exposta; a empresa descreve os riscos e como a afetam; a empresa informa uma medida quantitativa de impacto do risco; a empresa informa sobre gerenciamento de riscos; a empresa informa sobre os tipos de mitigação de riscos e instrumentos utilizados), atribuindo-se, assim, 1 para quando a empresa evidencia a respectiva etapa e 0 para o caso de não a evidenciar, totalizando cinco etapas analisadas.

Dessa maneira, cada tipo de risco poderia ter até cinco pontos, que se referem às cinco etapas da qualidade de evidenciação. No final, foi realizada a soma da pontuação para todos os tipos de riscos, para cada empresa. Assim, cada empresa poderia alcançar até 25 pontos para os riscos financeiros e até 25 pontos para os riscos não financeiros, totalizando 50 pontos, já que se trata de cinco tipos de risco para cada categoria (financeiros e não financeiros), bem como cinco etapas de qualidade de evidenciação. Essa pontuação final foi utilizada para a análise dos dados.

Para a análise dos dados, foram aplicados a estatística descritiva e a regressão linear múltipla, por meio do SPSS, e o método DP₂, por meio da planilha do *Excel*. O método DP₂, elaborado por Trapero (1977), permite a formação de *ranking*. O método é aplicado no *Excel*, a partir de uma matriz, em que, nas linhas, têm-se as empresas e, nas colunas, as variáveis. Assim, calcula-se a distância DP₂ a partir da seguinte fórmula:

$$DP_2 = \sum_{j=1}^n \frac{d_j}{\sigma_j} (1 - R_{j,j-1,j-2,\dots,1}^2), \text{ com } R_1^2 = 0,$$

em que:

$d_j = d_j(r, k) = |x_{rj}^* - x_{ij}|$, sendo r a base de referência;

$\frac{d_j}{\sigma_j}$ é o indicador parcial da componente j (variável).

Ao se calcular a distância, tem-se o *ranking*, em que o menor valor de DP₂ representa a melhor posição. O *ranking* permitiu identificar a pontuação das empresas em termos de evidenciação das cinco etapas para cada risco.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As variáveis dualidade, comitê de auditoria, empresa auditada por *Big Four* e comitê de riscos não constam na tabela de estatística descritiva, pois são variáveis *dummy* (0 ou 1). Quanto à qualidade da evidenciação dos riscos (QualiEvidenc), foram analisados os riscos

financeiros e não financeiros. Para os riscos financeiros, foi verificado se as empresas evidenciavam riscos referentes a taxa de câmbio, crédito, liquidez, *commodities* e exposições à taxa de juros. Para os riscos não financeiros, foram verificados o risco operacional, o risco de *empowerment*, o risco de processamento de informação e tecnologia, o risco de integridade e o risco estratégico. Para cada um desses riscos (cinco financeiros e cinco não financeiros), foram analisadas as cinco etapas de qualidade da evidenciação. Assim, cada empresa poderia alcançar até 50 pontos. Constata-se que 43 foi a pontuação máxima alcançada e quatro foi a pontuação mínima. A média geral de pontuação foi de 21,04.

Na amostra, o número de membros no Conselho de Administração (TamCA) varia entre três (mínimo) e 12 (máximo), com média de sete conselheiros. De acordo com o IBGC (2015), é recomendado de cinco a onze membros no Conselho de Administração e que esse número possa se alterar conforme o setor de atuação, o porte, a complexidade das atividades, o estágio do ciclo de vida da organização e a necessidade de criação de comitês.

No que se refere à independência do Conselho de Administração (IndepCA), verifica-se que pelo menos uma empresa não possui membros com independência no Conselho de Administração (mínimo = 0); a máxima foi de 0,7 e a média foi de 0,20. Isso foi constatado em membros com habilidade/*expertise* (ExpCA), em que pelo menos um membro não possui *expertise* relacionada a administração, contabilidade e economia. Com relação ao número de reuniões do Conselho de Administração, surpreende o fato de haver pelo menos uma empresa que não indicou a realização de reunião do conselho. Em oposição, pelo menos uma empresa declarou ter ocorrido 29 reuniões do Conselho de Administração (ReuniõesCA), ao passo que a média foi de 10 reuniões ao ano. Os resultados da estatística descritiva das variáveis são demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1
Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
QualiEvidenc	21,04	18,50	8,17	4,00	43,00
TamCA	7,14	6,50	2,74	3,00	12,00
IndepCA	0,20	0,19	0,22	0,00	0,70
ExpCA	0,45	0,41	0,24	0,00	1,00
ReuniõesCA	10,46	9,50	7,57	0,00	29,00

Do total de 28 empresas que compõem a amostra, constata-se que 27 empresas evidenciaram a Etapa 1 e a Etapa 2 para os riscos financeiros, e todas as empresas evidenciaram essas etapas (Etapa 1 e Etapa 2) para os riscos não financeiros. A Etapa 1 refere-se apenas à menção dos riscos aos quais a empresa está exposta, e a Etapa 2 consiste na descrição dos riscos e como eles afetam a empresa.

Verifica-se que apenas três empresas evidenciaram a Etapa 3 para riscos financeiros e nenhuma delas para riscos não financeiros. A Etapa 3 avalia se a empresa informa uma medida quantitativa de impacto do risco. As Etapas 4 e 5 tiveram um menor número de evidenciação em comparação com as Etapas 1 e 2, tanto para os riscos financeiros, quanto para os riscos não financeiros. Trata-se de informação sobre o gerenciamento de riscos (Etapa 4) e informação sobre os tipos de mitigação de risco e instrumentos utilizados (Etapa 5).

Esses resultados demonstram que as empresas apenas mencionam e descrevem os riscos a que estão expostas e como esses a afetam. Informações sobre medidas quantitativas de impacto, gerenciamento e mitigação de riscos são evidenciadas por um número menor de

empresas. Na Tabela 2, visualiza-se a quantidade de empresas para cada etapa da qualidade da evidenciação dos riscos financeiros e não financeiros.

Tabela 2

Quantidade de empresas para cada etapa da qualidade da evidenciação dos riscos financeiros e não financeiros

Qualidade da evidenciação	Risco financeiro – quantidade de empresas que evidenciaram	%	Risco não financeiro – quantidade de empresas que evidenciaram	%
Etapa 1 – apenas menciona o risco	27	96,43	28	100
Etapa 2 – descreve os riscos e como eles afetam	27	96,43	28	100
Etapa 3 – informa medida quantitativa de impacto	3	10,71	0	0
Etapa 4- informa o gerenciamento de risco	19	67,86	12	42,86
Etapa 5- informa sobre a mitigação e instrumentos utilizados	17	60,71	9	32,14
Total de empresas da amostra	28	100	28	100

Ao analisar o *ranking* das empresas, verifica-se que a empresa Ambev ficou como primeira colocada, o que representa que, considerando-se as cinco etapas da qualidade da evidenciação dos riscos, foi a empresa que teve maior pontuação, ou seja, evidenciou com maior frequência as cinco etapas para cada risco, demonstrando melhor qualidade da evidenciação. A partir da técnica DP₂, que estabelece o *ranking*, apresenta-se a Tabela 3.

Tabela 3

Ranking das empresas em ordem decrescente

Empresa	Ranking	Empresa	Ranking
Ambev	5,100	Brasilagro	20,962
B2W	12,664	Biosev	21,320
BRF	14,288	Advanced	21,648
P. Açúcar	14,751	Marfrig	21,684
Saraiva	15,153	Terra Santa	21,896
Josapar	16,149	Forno de Minas	21,922
JBS	16,317	Natura	22,092
Minerva	16,824	São Martinho	22,917
Bombril	17,497	Lojas Americanas	22,984
Dufry	18,170	J Macedo	23,850
Br Home	18,562	Oderich	25,168
M Dias Branco	18,562	Minupar	26,556
Raizen	19,320	Excelsior	26,892
SLS	20,228	Pomifrutas	29,750

A correlação de *Pearson* (dados abaixo da diagonal, na Tabela 4) demonstra uma relação entre a qualidade da evidenciação (QualiEvidenc), a dualidade do cargo de CEO e de

presidente do Conselho de Administração (Dualidade) e o tamanho do Conselho de Administração (TamCA). Esse mesmo resultado também é verificado na correlação de *Spearman* (dados acima da diagonal).

Tabela 4

Correlação de Pearson e de Spearman

		QualiEvidenc	Dualidade	TamCA	IndepCA	ExpCA	ReuniõesCA	ComitêAud	BigFour	Comitêriscos
QualiEvidenc	Correlação	1	0,422*	0,411*	0,291	-0,174	-0,049	0,190	0,249	-0,032
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
Dualidade	Correlação	0,413*	1	0,419*	0,222	-0,467*	-0,043	0,279	0,224	0,181
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
TamCA	Correlação	0,439*	0,404*	1	0,597**	0,092	0,203	0,562**	0,219	0,283
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
IndepCA	Correlação	0,202	0,223	0,547**	1	0,058	0,221	0,402*	0,362	0,267
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
ExpCA	Correlação	-0,149	-0,541**	0,060	0,096	1	0,814	0,341	0,332	0,583
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
ReuniõesCA	Correlação	0,015	0,006	0,193	0,332	0,080	1	0,186	0,106	0,194
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
ComitêAud	Correlação	0,160	0,279	0,581**	0,418*	0,175	0,147	1	0,142	0,293
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
BigFour	Correlação	0,328	0,224	0,205	0,345	-0,184	0,087	0,142	1	-0,156
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28
Comitêriscos	Correlação	-0,027	0,181	0,295	0,248	-0,128	0,155	0,293	-0,156	1
	N	28	28	28	28	28	28	28	28	28

* A correlação é significativa ao nível 0,05. **A correlação é significativa ao nível 0,01.

Nota. Acima da diagonal = correlação de *Spearman*; Abaixo da diagonal = correlação de *Pearson*.

A fim de analisar a relação da governança corporativa com a qualidade da evidenciação de riscos, aplicou-se a regressão linear múltipla, em que foi utilizado o *ranking* da qualidade da evidenciação (convertido para que 100 represente a melhor posição e 0, a pior) como variável dependente, e as variáveis de governança corporativa como independentes. Com todas as variáveis, o modelo não se apresentou significativo ao nível de 5%. Então, foi aplicada a regressão com a opção “método por etapas”, em que as variáveis que não são significantes são excluídas para explicar a qualidade da evidenciação dos riscos.

O coeficiente de correlação (R) apresentou uma associação de 44% entre as variáveis. O coeficiente de determinação (R²) indica um poder explicativo de 19%. No entanto, com um *Durbin-Watson* de 1,869, o modelo não demonstrou problema de autocorrelação dos resíduos. Como se observa na Tabela 5, a seguir, apenas a variável “tamanho do Conselho de Administração” (TamCA) explica a qualidade da evidenciação dos riscos. A despeito de

apenas uma variável ter apresentado significância, esse resultado demonstra que a governança corporativa tem uma relação positiva com a qualidade da evidenciação dos riscos, de maneira que, quanto maior for o tamanho do Conselho de Administração, melhor será a qualidade da evidenciação dos riscos. O IBGC (2015) recomenda que seja de cinco a onze o número de membros do Conselho de Administração. Nas empresas da amostra, verifica-se, pela estatística descritiva, o mínimo de três e o máximo de 12 membros, e que apenas uma empresa possui 12 membros. Assim, dentro desse limite, infere-se que, quanto maior for o tamanho do Conselho de Administração, melhor tenderá a ser a qualidade da evidenciação dos riscos, pois o número de membros contribui para a percepção dos riscos.

Tabela 5
Variáveis do estudo

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Significância
	B	Modelo-padrão	Beta		
(Constante)	17,390	9,944		1,749	0,092
TamCA	3,240	1,302	0,439	2,488	0,020
<i>Durbin-Watson</i>			1,869		
R			0,439		
R quadrado			0,192		
Significância			0,020		
N			28		
Variáveis excluídas	Dualidade, IndepCA, ExpCA, ReuniõesCA, ComitêAud, BigFour, ComitêRiscos				

As variáveis dualidade do cargo de CEO e de presidente do Conselho de Administração (Dualidade), independência do Conselho de Administração (IndepCA), *expertise* do Conselho de Administração (ExpCA), número de reuniões do Conselho de Administração (ReuniõesCA), a presença de Comitê de Auditoria (ComitêAud), empresa ser auditada por *Big Four* (BigFour) e a presença de Comitê de Riscos (ComitêRiscos), por terem sido excluídas do modelo, por meio da opção “método por etapas” da regressão linear múltipla, fornecem oportunidade de novas investigações, quiçá ao se considerar outros setores da B3 para fins de comparação.

O resultado encontrado neste estudo vai ao encontro dos achados de Al-Janadi *et al.* (2012) de que o tamanho do Conselho de Administração pode contribuir para a qualidade das informações, exigindo-se divulgação de informações necessárias aos interessados, pois os membros tendem a ser mais independentes no acompanhamento da gestão na tomada de decisão. Também se aproxima do estudo de Ridhima e Balwinder (2017) no sentido de que o tamanho do conselho e a diversidade de gênero impactam positivamente na divulgação voluntária de riscos, e a concentração de poder nas mãos do maior acionista tem influência insignificante. No mesmo sentido do estudo, Bezerra *et al.* (2015) descobriram que existe associação direta entre o tamanho do Conselho de Administração e o nível de *disclosure* voluntário.

O efeito dos mecanismos de governança corporativa na qualidade da evidenciação dos riscos corrobora os achados de Al-Maghzom *et al.* (2016), Carmona, Fuentes e Ruiz (2016), Elshandidy e Neri (2015) e Khiari (2013). Os mecanismos de governança corporativa aumentam os incentivos para uma evidenciação de qualidade (Khiari, 2013).

Justifica-se o fato de que nem todos os mecanismos de governança tenham apresentado significância, conforme Khiari (2013), pois as características de governança não são únicas para todas as empresas, por se tratar de um conjunto de práticas que se complementam, e, ainda, em cada empresa pode haver estruturas específicas de governança corporativa relacionadas à qualidade da evidenciação dos riscos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo descritivo, documental e quantitativo foi analisar o efeito da governança corporativa na qualidade da evidenciação dos riscos. A população refere-se às empresas do setor de consumo não cíclico listadas na [B]³, cuja amostra foi composta por 28 empresas que possuíam todas as informações necessárias para a realização do estudo. Os formulários de referência e a página de informações da empresa, no sítio eletrônico da [B]³, foram utilizados para a coleta de dados.

Os resultados demonstram, quanto à qualidade da evidenciação dos riscos, que 27 empresas evidenciaram a Etapa 1 e a Etapa 2 para os riscos financeiros e todas as 28 empresas evidenciaram essas etapas (Etapa 1 e Etapa 2) para os riscos não financeiros. Apenas três empresas evidenciaram a Etapa 3 para riscos financeiros e nenhuma delas gerou evidências para riscos não financeiros. As Etapas 4 e 5, comparadas com as Etapas 1 e 2, tiveram um menor número de evidenciação para os riscos financeiros e os não financeiros. Os resultados demonstram que as empresas apenas mencionam e descrevem os riscos a que estão expostas e como esses as afetam. Informações sobre medidas quantitativas de impacto, gerenciamento e mitigação de riscos são evidenciadas por um número menor de empresas.

Com a qualidade de evidenciação dos riscos, formou-se um *ranking*, por meio da técnica DP₂. Para verificar o efeito da governança corporativa na qualidade da evidenciação dos riscos, aplicou-se a regressão linear múltipla. Apenas o tamanho do Conselho de Administração (TamCA) explica a qualidade da evidenciação dos riscos. Esse resultado demonstra que melhor será a qualidade da evidenciação dos riscos quando maior for o Conselho de Administração, dentro do limite de número de membros entre cinco e onze, conforme recomendação do IBGC (2015), e indica que o Conselho de Administração desempenha seu papel relacionado às informações evidenciadas sobre riscos e que o número de membros contribui para a percepção dos riscos. Ainda, a evidenciação dos riscos colabora para a compreensão do contexto organizacional e dos riscos aos quais as empresas estão expostas, que são informações relevantes para as partes interessadas.

Como limitações do estudo, tem-se a seleção de apenas um setor empresarial para a análise, de modo que pesquisas com empresas de diversos setores, inclusive as que não estejam listadas na [B]³, poderão contribuir para o melhor entendimento do tema.

Para pesquisas futuras, sugere-se verificar a qualidade da evidenciação dos riscos, com abordagem de outros segmentos de empresas, a fim de se constatar se, também, há maior evidenciação somente das Etapas 1 e 2, além de se realizar estudos mais aprofundados para melhorar a compreensão da qualidade da evidenciação dos riscos e do tamanho do Conselho de Administração.

Considerando-se que as características de governança são diferentes, há oportunidades de novos estudos que enfoquem as empresas do ramo financeiro. No mesmo sentido, um estudo futuro poderia explorar a qualidade das divulgações de gerenciamento de risco e os determinantes corporativos que levam a essa qualidade.

REFERÊNCIAS

- Abraham, S. & Shrikes, P. J. (2014). Improving the relevance of risk factor disclosure in corporate annual reports. *The British accounting review*, 46(1), 91-107. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2013.10.002>
- Al-Janadi, Y., Rahman, R. A., & Omar, N. H. (2012). The level of voluntary disclosure practices among public listed companies in Saudi Arabia and the UAE: Using a modified voluntary disclosure index. *International Journal of disclosure and Governance*, 9(2), 181-201. <https://doi.org/10.1057/jdgd.2011.19>
- Al-Maghzom, A., Hussainey, K., & Aly, D. A. (2016). Corporate governance and risk disclosure: evidence from Saudi Arabia. *Corporate Ownership & Control*, 13(2), 145-166. <http://dx.doi.org/10.22495/cocv13i2p14>
- Amran, A., Bin, A. M. R., & Hassan, B. C. H. M. (2008). Risk reporting: An exploratory study on risk management disclosure in Malaysian annual reports. *Managerial Auditing Journal*, 24(1), 39-57. <https://doi.org/10.1108/02686900910919893>
- Antonelli, R. A., Portulhak, H., Scherer, L. M., & Clemente, A. (2018). Impacto da adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa no risco de companhias reguladas. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 23(2), 92-109.
- Beretta, S., & Bozzolan, S. (2004). A framework for the analysis of firm risk communication. *The International Journal of Accounting*, 39(3), 265-288. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2004.06.006>
- Beretta, S. & Bozzolan, S. (2008). Quality versus quantity: the case of forward-looking disclosure. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 23(3), 333-376. <https://doi.org/10.1177/0148558X0802300304>
- Bezerra, P. C. S., Lustosa, P. R. B., Sales, I. C. H., & Fernandes, B. V. R. (2015). Estrutura de propriedade, conselho de administração e disclosure voluntário: evidências de empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, 11(2), 25-46. 10.4270/RUC.2015210
- Cabedo Semper, J. D., & Tirado Beltrán, J. M. (2009). Divulgación de información sobre riesgos: una propuesta para su medición. *Innovar*, 19(34), 121-134.
- Carmona, P., Fuentes, C., & Ruiz, C. (2016). Risk disclosure analysis in the corporate governance annual report using fuzzy-set qualitative comparative analysis. *Revista de Administração de Empresas*, 56(3), 342-352. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020160307>
- Chen, S. & Lee, T. (2013). Risk disclosure, risk management, and bank value-at-risk: International study. Recuperado de http://iafor.info/archives/offprints/abmc2013-offprints/ABMC2013_0269.pdf
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). (2004). *Enterprise Risk Management - Integrated Framework*. New York: AICPA.
- Elshandidy, T. & Neri, L. (2015). Corporate governance, risk disclosure practices, and market liquidity: comparative evidence from the UK and Italy. *Corporate Governance: An International Review*, 23(4), 331-356. <https://doi.org/10.1111/corg.12095>
- Ettredge, M., Johnstone, K., Stone, M., & Wang, Q. (2011). The effects of firm size, corporate governance quality, and bad news on disclosure compliance. *Review of Accounting Studies*, 16(4), 866-889. <https://doi.org/10.1007/s11142-011-9153-8>
- Haniffa, R. M. & Cooke, T. E. (2002). Culture, corporate governance and disclosure in Malaysian corporations. *Abacus*, 38(3), 317-349. <https://doi.org/10.1111/1467-6281.00112>

- Inácio-Soares, J. M. I., & Marcon, R. (2019). Mecanismos internos de governança e a participação acionária de estrangeiros: uma análise das companhias abertas brasileiras. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext*, 14(3), 251-264. <http://dx.doi.org/10.18568/internext.v14i3.497>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2015). Código das melhores práticas de governança corporativa (5. ed). São Paulo: IBGC.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2017). Gerenciamento de riscos corporativos: evolução em governança e estratégia. São Paulo: IBGC.
- Khiari, W. (2013). Corporate governance and disclosure quality: Taxonomy of Tunisian listed firms using the decision tree method based approach. *Emerging Markets Journal*, 3(2), 45-68. <https://doi.org/10.5195/emaj.2013.33>
- Linsley, P. M. & Shrivies, P. J. (2006). Risk reporting: A study of risk disclosures in the annual reports of UK companies. *The British Accounting Review*, 38(4), 387-404. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2006.05.002>
- Lorenzo, J. M. P, Sánchez, I. M. G, & Gallego-Álvarez, I. (2009). Características del consejo de administración e información en materia de responsabilidad social corporativa. *Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de financiación y contabilidad*, 38(141), 107-135. <https://doi.org/10.1080/02102412.2009.10779664>
- Mallin, C. (2002). The relationship between corporate governance, transparency and financial disclosure. *Corporate Governance: An International Review*, 10(4), 253-255. <https://doi.org/10.1111/1467-8683.00289>
- Miihkinen, A. (2012). What drives quality of firm risk disclosure?: the impact of a national disclosure standard and reporting incentives under IFRS. *The International Journal of Accounting*, 47(4), 437-468. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2012.10.005>
- Nascimento, A. M., & Reginato, L. (2008). Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. *Revista Universo Contábil*, 4(3), 25-47. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20084>
- Mousa, G. A. & Elamir, E. A. (2014). The effect of governance mechanisms on the quality of risk disclosure: using bootstrap techniques. *American Journal of Finance and Accounting*, 3(2/3/4), 128-151.
- Okimura, R. T. (2003). *Estrutura de propriedade, governança corporativa, valor e desempenho das empresas no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Subramaniam, N., Mcmanus, L., & Zhang, J. (2009). Corporate governance, firm characteristics and risk management committee formation in Australian companies, *Managerial Auditing Journal*, 24(4), 316-339. <https://doi.org/10.1108/02686900910948170>
- Ridima, S. & Balwinder, S. (2017). Corporate governance and risk reporting: Indian evidence. *Managerial Auditing Journal*, 32(4/5), 378-405.
- Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). (2007). Aspectos políticos de los seguros. Riesgos Ambientales y Seguros (N. 6). Recuperado de <https://books.google.com.br/books?id=sGm3YpPL2tkC&pg=PA3&lpg=PA3&dq=Organizaci%C3%B3n+para+la+cooperaci%C3%B3n+y+el+desarrollo+econ%C3%B3mico.+Riesgos+Ambientales+y+Seguros.&source=bl&ots=eG5lnpFeJN&sig=5yYVMfwSmXSBJf5rCANVenICY0g&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjj7bPHg5TYAhVHUZAKHc0tApMQ6AEIKjAA#v=onepage&q=Organizaci%C3%B3n%20para%20la%20cooperaci%C3%B3n%20y%20el%20desarrollo%20econ%C3%B3mico.%20Riesgos%20Ambientales%20y%20Seguros.&f=false>

- Shleifer, A. & Vishny, R. W. (1997). A survey of corporate governance. *The journal of finance*, 52(2), 737-783. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x>
- Siagian, F., Siregar, S. V., & Rahadian, Y. (2013). Corporate governance, reporting quality, and firm value: evidence from Indonesia. *Journal of accounting in emerging economies*, 3(1), 4-20. <https://doi.org/10.1108/20440831311287673>
- Silva, M. Z., Granemann, C. M., & Fischer, D. (2018). Evidenciação de riscos e a relação com a governança corporativa em concessionárias de rodovias Brasileiras/Evidence of risks and the relationship with corporate governance in Brazilian highway concessionaires. *Brazilian Journal of Development*, 4(4), 1359-1378.
- Silveira, A. D. M. (2004). *Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-23012005-200501/en.php>
- Solomon, J. F., Solomon, A, Norton, S. D. & Joseph, N. L. (2000). A conceptual framework for corporate risk disclosure emerging from the agenda for corporate governance reform. *The British Accounting Review*, 32(4), 447-478. <https://doi.org/10.1006/bare.2000.0145>
- Taylor, G., Tower, G., & Neilson, J. (2010). Corporate communication of financial risk. *Accounting & Finance*, 50(2), 417-446. <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2009.00326.x>
- Yatim, P. (2010). Board structures and the establishment of a risk management committee by Malaysian listed firms. *Journal of Management & Governance*, 14(1), 17-36. <https://doi.org/10.1007/s10997-009-9089-6>

Effect of Corporate Governance on the Quality of Risk Disclosure Statement

ABSTRACT

Objective: To analyze the effect of corporate governance on the quality of risk disclosure in companies in the non-cyclical consumer sector, listed in B3.


Method: 28 companies from the non-cyclical consumer sector, listed in B3, are part of the study sample. Descriptive statistics, DP2 technique and multiple linear regression were used for data analysis.

Originality/Relevance: This study differs from the others by involving a set of corporate governance variables and relating them to the quality of the risk disclosure, which includes the content that is disclosed.

Results: It has been shown that, the larger the size of the Board of Directors, the better the quality of the risk disclosure tends to be.

Theoretical/Methodological contributions: This research contributes to the accounting area by indicating that the Board of Directors performs its role related to the evidenced information on risks and that the number of members contributes to the perception of risks.

Keywords: Corporate Governance. Quality. Risk Disclosure

Caroline Sulzbach Pletsch 

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
Universidade do Estado de Santa Catarina, SC,
Brasil

E-mail: carol_spletsch@yahoo.com.br


Cleonice Witt 

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
Universidade do Contestado, SC, Brasil

E-mail: cleonicewitt7@gmail.com

Marcia Zanievicz da Silva 

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
E-mail: mzsilva@furb.br

Nelson Hein 

Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil
E-mail: hein@furb.br

Received: January 2, 2020

Revised: February 10, 2020

Accepted: February 17, 2020

Published: July 15, 2020

